Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

| Expeça - se |
|---|
| Publique - se |
| 2014-09-18 |
| O Secretário da Mesa |
| Jorge Fão (Assinatura) Digitally signed by Jorge Fão (Assinatura) Date: 2014.09.18 16:14:37 +01:00 Reason: Location: |

☐ **REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

☒ **PERGUNTA** Número 24 / XII ( 4 .ª)

Assunto: Falta de vacina (Pentavac) na Unidade Local de Saúde do Nordeste

Destinatário: Min. da Saúde

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Em virtude de termos vindo a constatar que o Governo não responde a grande parte das perguntas endereçadas no prazo regimental de trinta dias e só parece fazê-lo quando as remetemos novamente, o Bloco de Esquerda procede ao reenvio da pergunta número 2040/XII/3ª, sobre a falta de uma vacina (Pentavac) na Unidade Local de Saúde do Nordeste, cujo prazo de resposta se encontra ultrapassado.

Em abril de 2012, o Bloco de Esquerda questionou o Governo (Pergunta 2852/XII/1ª) sobre a falta de vacinas previstas no Programa Nacional de Vacinação (PNV) que se estava a registar em diversas unidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Na resposta, o Governo confirmou esta falha referindo que "foi uma situação pontual, motivada por um atraso no procedimento de aquisição das mesmas, que já foi resolvido" acrescentando que esta rutura se registou "unicamente na região Norte e apenas para as vacinas DT, Pentavalente e VASPR". O Governo conclui dizendo que "tratou-se de uma situação pontual, cuja repetição não é previsível".

Em julho de 2012, todavia, continuavam a faltar de vacinas em diversas unidades de saúde do país, situação que motivou uma nova Pergunta do Bloco de Esquerda ao Governo (Pergunta n.º 3454/XII/1ª). Em resposta, o Governo confirmou mais uma situação, referindo que "houve constrangimentos em junho e no início de julho, no fornecimento da vacina contra o tétano e difteria (Td) e das vacinas contra tétano, difteria e tosse convulsa (DTPa) e anti-poliomielite (VIP), por problema na aquisição das vacinas", acrescentando que "estas situações de exceção obrigaram a uma cuidada gestão da utilização destas vacinas".

Em novembro de 2013, o Bloco de Esquerda voltou a questionar o Governo (Pergunta n.º 323/XII/3ª), desta feita sobre a falta da vacina da gripe, do tétano e da vacina adsorvida contra a difteria, o tétano, a tosse convulsa, apoliomielite e conjugada contra o Haemophilus influenzae tipo b, vulgarmente conhecida como Pentavac. Na resposta, data de março de 2014, o Governo reconheceu que se registaram "faltas no fornecimento de vacinas" referindo que tal se deveu "essencialmente a problemas de fabrico por parte dos produtores" acrescentando que pretendia "reforçar o planeamento feito nesta área através de um controlo de stocks mais rigoroso e de

uma melhor articulação entre os serviços farmacêuticos, as equipas regionais de vacinação e os conselhos clínicos dos ACES."

Quatro meses após esta resposta do Governo verifica-se mais uma vez rutura no fornecimento de vacinas, desta feita na zona de influência da Unidade Local de Saúde (ULS) do Nordeste, em Bragança, onde tem vindo a faltar a Pentavac; esta vacina, que integra o PNV, deve ser administrada em três doses, sendo a primeira aos dois meses e as seguintes aos quatro e aos seis meses. No entanto, há bebés que não estão a ser vacinados como previsto no PNV uma vez que, quando os seus responsáveis se dirigem ao centro de saúde, não há vacina. Refira-se, por exemplo, que na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) Santa Maria, em Bragança, a falta de vacinas fez-se sentir durante semanas.

Em comunicado, a ULS do Nordeste referiu tratar-se de "uma situação temporária, causada por dificuldades no fornecimento desta vacina por parte do laboratório responsável por abastecer as unidades de saúde a nível nacional". Ora, esta argumentação é exatamente a mesma que o Governo utilizou em março em resposta ao Bloco de Esquerda, tendo referido que ia reforçar o planeamento. Conclui-se assim que ou nada foi feito ou o planeamento não saiu ainda do papel. Em qualquer dos casos, a situação é grave e a sua recorrência torna-a ainda mais grave.

É fundamental que bebés e crianças possam ser vacinados tal como previsto no PNV. A não disponibilização da vacina quando o utente se dirige ao serviço de saúde pode não só acarretar consequências do ponto de vista da saúde da pessoa como também funcionar como um dissuasor da vacinação.

A implementação de um PNV gratuito e disponível a todas as pessoas é uma conquista importantíssima que não pode nem deve ser posta em causa, sendo uma fulcral estratégia de saúde pública que tem logrado diminuir drasticamente a taxa de incidência de diversas doenças. Tendo em conta estes fatores bem como o calendário previsto no PNV, torna-se evidente a importância da vacinação bem como da possibilidade de que as vacinas sejam administradas quando as pessoas se dirigem às instituições. O plano de vacinação para a infância apresenta períodos de vacinação bastantes específicos que facilmente podem resvalar para cima das tomas seguintes. Por outro lado, convém ter em conta que nem sempre as pessoas residem próximo das instituições de saúde, pelo que têm que se deslocar e pagar transportes para poderem vacinar-se e/ou vacinar as crianças, pelo que a falta de vacinas nas instituições pode, evidentemente ter consequências na manutenção e implementação do PNV.

O Bloco de Esquerda considera que o Governo tem que dar uma resposta cabal a estas sucessivas falhas no fornecimento de vacinas bem como desencadear as ações necessárias a garantir que todos os centros de saúde dispõem das vacinas necessárias para a população.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:*

1. Que medidas vai o Governo implementar para resolver o problema da falta de vacinas que recorrentemente se faz sentir?
2. Em resposta ao Bloco de Esquerda, em março de 2014, o Governo referiu que ia "reforçar o planeamento feito nesta área através de um controlo de stocks mais rigoroso e de uma melhor articulação entre os serviços farmacêuticos, as equipas regionais de vacinação e os conselhos clínicos dos ACES." Que medidas foram implementadas?

3. A situação de falta de vacina Pentavac na zona de influência da ULS de Bragança encontra-se definitivamente ultrapassada?
4. Neste momento, regista-se falta de alguma das vacinas previstas no PNV em unidades de saúde da Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, ARS do Centro, na ARS de Lisboa e Vale do Tejo, ARS do Alentejo e ARS do Algarve?
5. Tendo em conta as vacinas previstas no PNV, qual o número de vacinas em stock na Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, ARS do Centro, na ARS de Lisboa e Vale do Tejo, na ARS do Alentejo e na ARS do Algarve?

Palácio de São Bento, terça-feira, 16 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

JOÃO SEMEDO(BE)

HELENA PINTO(BE)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.